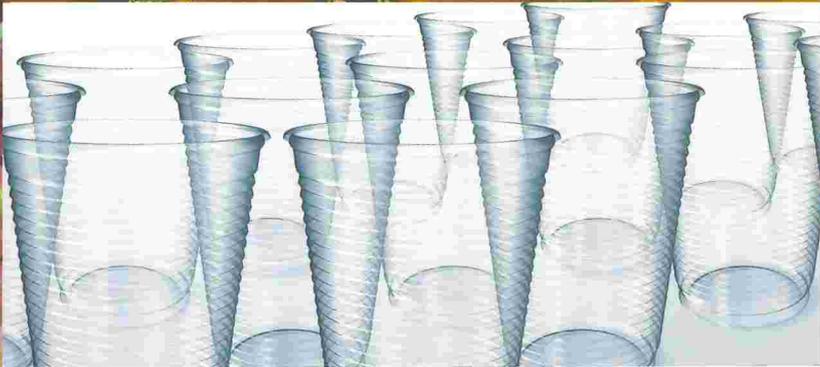


RELATÓRIO DA GESTÃO DA FINEP • 2003 – 2006





RELATÓRIO DA GESTÃO DA FINEP • 2003 – 2006



“

A FINEP, como Agência Brasileira da Inovação, ciente do seu papel indutor das atividades de inovação, tem contribuído sistematicamente para a superação dos desafios impostos.

”

SERGIO MACHADO REZENDE
ministro da Ciência e Tecnologia

RELATÓRIO DA GESTÃO DA FINEP • 2003 – 2006



Gerar conhecimento e inovação com retorno social
é o caminho para o desenvolvimento do País.



LUIS MANUEL REBELO FERNANDES
secretário executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Sergio Machado Rezende

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Luis Manuel Rebelo Fernandes

DIRETORIA EXECUTIVA DA FINEP

Odilon Antonio Marcuzzo do Canto

PRESIDENTE

Eliane de Britto Bahruth

DIRETORA

Fernando de Nielander Ribeiro

DIRETOR

Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho

DIRETOR

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luis Manuel Rebelo Fernandes

PRESIDENTE

Odilon Antonio Marcuzzo do Canto

CONSELHEIRO NATO

Helena Kerr do Amaral

CONSELHEIRA

Eugenius Kaszkurewicz

CONSELHEIRO

Alexandre Navarro Garcia

CONSELHEIRO

Sérgio Eugênio de Risios Bath

CONSELHEIRO

CONSELHO FISCAL

Carlos Roberto Siqueira de Barros

CONSELHEIRO TITULAR

Onofre Soares dos Santos

CONSELHEIRO TITULAR

Djalmo de Oliveira Leão

CONSELHEIRO TITULAR

Laudir Francisco Schmitz

CONSELHEIRO SUPLENTE

Ernesto Carneiro Preciado

CONSELHEIRO SUPLENTE

Fernando Freitas Melo

CONSELHEIRO SUPLENTE

“

O Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica mostra o papel estratégico da inovação no cenário nacional. Empreender e inovar são as únicas formas de crescer no mercado cada vez mais competitivo.

”

ODILON MARCUZZO DO CANTO
presidente da FINEP

Sumário

A FINEP no período de 2003 a 2006	9
A FINEP no contexto do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação	13
Diagnóstico da FINEP realizado em 2002	19
Agenda Operacional Mínima proposta em 2003	25
Implementação da Agenda Operacional Mínima 2003-2006	31
Linhas de ação e programas da FINEP	55
Desafios para o futuro	71
Composição da Diretoria	77



Aqui tem
FINEP



A FINEP no período
de 2003 a 2006



- Teve participação ativa no fortalecimento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.
- Ampliou extraordinariamente o volume de recursos orçamentários e financeiros.
- Contribuiu efetivamente na elaboração e execução da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.
- Explorou as potencialidades dos novos marcos reguladores.
- Consolidou o leque de instrumentos para apoio à inovação.
- Ampliou o apoio a atividades de C, T&I voltadas para o desenvolvimento social.
- Recuperou as relações com as comunidades acadêmica e empresarial.
- Intensificou a interação com organismos e ações dos sistemas regionais, estaduais e locais de inovação.
- Incrementou e estabilizou o investimento em infra-estrutura de pesquisa das universidades e institutos tecnológicos.
- Implementou mudanças organizacionais internas.
- Aumentou a eficiência no processamento das solicitações.
- Adensou a carteira de programas para apoio a empresas, fortalecendo aqueles voltados para empresas de pequeno porte.
- Melhorou sua saúde financeira.
- Administrou uma carteira de crédito reembolsável mais robusta.
- Implementou a concessão de subvenção econômica às empresas.
- Atendeu, aprovou e contratou número recorde de solicitações de financiamento.



Aqui tem
FINEP

>

A FINEP no contexto do
Sistema Nacional de Ciência,
Tecnologia e Inovação



A Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP é uma empresa pública de direito privado, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e integra o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) como uma de suas principais agências. Sua missão é promover e financiar a inovação e a pesquisa científica e tecnológica em empresas e Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs), mobilizando recursos financeiros reembolsáveis e não-reembolsáveis e integrando instrumentos, visando o desenvolvimento econômico e social do País.

A FINEP ocupa uma posição singular dentro do SNCTI, pois possui a capacidade de financiar todos os segmentos que o compõem: universidades, institutos de pesquisas, instituições governamentais, organizações não governamentais e empresas. Sua condição de empresa pública e de Secretaria-executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) permite a mobilização de diferentes tipos de recursos financeiros: recursos próprios, de terceiros e recursos de amplo uso no financiamento de atividades ligadas à inovação, incluindo desde a pesquisa básica até a popularização da ciência. Para isso, a FINEP atua por meio de três modalidades:

- Apoio financeiro não-reembolsável: realizado, principalmente, com recursos do FNDCT, em particular dos Fundos Setoriais, além de recursos de outros ministérios, entre outros, os ministérios das Cidades, do Desenvolvimento Social, da Saúde e do Trabalho e Emprego, além da Caixa Econômica Federal e do Funttel (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações). Essa modalidade de apoio se destina a instituições sem fins lucrativos, para a realização de projetos de pesquisa científica, tecnológica ou de inovação, e realização de estudos, eventos e seminários voltados ao intercâmbio e difusão de conhecimentos. As instituições elegíveis para esse tipo de financiamento são as ICTs, que incluem universidades e outras instituições de ensino e pesquisa públicas ou privadas. As solicitações de apoio são apresentadas em resposta a chamadas públicas, cartas-convite ou encomendas. A partir de 2006, a modalidade de apoio financeiro não-reembolsável passou a ser aplicada também a empresas, por meio de concessão de subvenção econômica.

- Financiamento reembolsável: operações de crédito para financiamento de projetos de empresas, realizadas com recursos, na maioria captados de terceiros, tais como os do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do FNDCT, bem como do Funttel. Essa modalidade de financiamento também pode incluir o mecanismo de equalização de juros, aplicado com recursos do FNDCT, para reduzir os encargos totais a serem desembolsados pelas empresas. As empresas e outras organizações interessadas em obter crédito podem apresentar suas propostas à FINEP a qualquer tempo.
- Investimentos: apoio a empresas inovadoras com alto potencial de crescimento através de investimento em fundos de capital de risco (capital empreendedor), do tipo fundos de *venture capital* e fundos de capital semente. A FINEP fomenta a construção de fundos nos quais participa de forma minoritária, junto com outros investidores.

A possibilidade de financiar o desenvolvimento tecnológico em empresas, combinando recursos reembolsáveis e não-reembolsáveis, proporciona à FINEP um grande poder de indução de atividades voltadas para a inovação, que são essenciais para o aumento da competitividade do tecido empresarial brasileiro. Aliado ao papel fundamental como a principal agência federal responsável pelo financiamento da infra-estrutura e capacitação de C,T&I, a FINEP se torna um importante vetor na condução de ações relativas às políticas governamentais de desenvolvimento científico, tecnológico, inovativo e industrial do Brasil.

Em 2003, um diagnóstico apontou para pontos críticos de difícil superação na FINEP e para uma imagem frágil que se desenhou ao findar da década de 1990. Ao longo deste relatório, poderá ser observada a resposta pró-ativa da gestão 2003-2006 da FINEP às necessidades de mudanças impostas e à alteração decisiva do patamar de atuação desta Agência. A FINEP, neste período, contribuiu marcadamente na elaboração e execução de políticas de desenvolvimento emanadas do Governo Federal, através do MCT, e pôde demonstrar seu papel relevante e imprescindível como Agência Brasileira de Inovação na superação dos desafios de integração e fortalecimento de todos os elos do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Sem dúvida, ainda há muito a ser feito, mas os últimos quatro anos enchem de otimismo gestores do sistema. Apontam para as possibilidades concretas de superação de uma cultura de desvalorização das atividades de pesquisa e desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo em direção a uma cultura de interação e de inovação entre os atores, como forma de contribuir para o aumento da competitividade das empresas e para o desenvolvimento econômico e social do País.

Aqui tem
FINEP





Diagnóstico da FINEP
realizado em 2002



Após o resultado das eleições presidenciais de 2002, foi constituída uma equipe de transição de governo, que elaborou diagnósticos sobre a situação dos organismos vinculados ao Governo Federal. Um diagnóstico específico sobre a FINEP foi elaborado e identificou os pontos críticos a serem enfrentados na nova gestão, entre os quais, destacavam-se, fundamentalmente, dois aspectos:

Situação financeira e patrimonial da FINEP

O diagnóstico apontou para o grande volume de recursos que comprometia a capacidade financeira da FINEP, envolvendo inadimplência de empresas no período de 1994 a 1997 e o passivo trabalhista acumulado durante 12 anos.

Identificou a defasagem existente entre o ativo e o passivo da FINEP, já que sua remuneração era insuficiente para cobrir suas operações, tendo em vista os riscos inerentes à atividade de financiamento à inovação nas empresas e as possibilidades de inadimplência.

Sem fontes estáveis de recursos para operações de crédito com as empresas, as recomendações indicaram a necessidade de capitalização da FINEP como forma de sanear-la e torná-la operacional para este tipo de financiamento, através de: i) capitalização com cotas do FND, sem envolver recursos novos, nem aprovação do Congresso, ou o orçamento da União, com mera transferência contábil do Tesouro; e ii) obtenção de empréstimos junto a fontes de financiamento, tais como o FAT, em valores condizentes com as necessidades.

Gestão da FINEP

O diagnóstico apontou, ainda, para a necessidade de reestruturação de seus processos organizacionais e de seu corpo gerencial, tendo em vista:

- administração de pessoal conturbada pela criação de um plano de carreira (PCR) pouco negociado com os funcionários, que ampliou a divisão política interna; jornadas de trabalho desiguais para os funcionários do quadro (8 e 6 horas/dia), fonte de ações judiciais resultantes da reivindicação de equiparação com os bancários e que incharam o passivo trabalhista; distorções funcionais, clima de insatisfação e pouca eficiência;
- falta de acompanhamento e avaliação dos projetos financiados, ausência de informações gerenciais confiáveis, insuficiência dos controles financeiros, inexistência de uma estrutura/método/ferramenta para acompanhamento físico financeiro dos projetos contratados e de sua eficácia e efetividade social;
- insuficiência dos meios operacionais, que se refletia no descumprimento de prazos de análise, de liberação, de encerramento dos projetos; na pouca eficiência dos controles gerenciais, contaminando toda a cadeia de execução-acompanhamento-cobrança dos projetos financiados;
- acentuada concentração regional das ações de fomento; e
- carteira de empréstimos voltada preponderantemente para grandes empresas e em projetos sem correlação clara com inovação tecnológica.

“

Acreditamos que as estratégias adotadas pela FINEP no período de 2003 a 2006 elevaram o País a um novo patamar no tratamento da área de Ciência e Inovação Tecnológica, como base para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

”

LUÍS FERNANDO CERIBELLI MADI
presidente da ABIPTI

“

O apoio da FINEP é fundamental para o desenvolvimento da base tecnológica do Grupo Ouro Fino.

”

FÁBIO LOPES
diretor financeiro da Ouro Fino

“

As universidades públicas brasileiras, indubitavelmente, podem apontar a FINEP como parceira fundamental no crescimento, modernização e consolidação da produção científica nacional.

”

PAULO SPELLER
presidente da Associação Nacional das Instituições
Federais de Ensino Superior – ANDIFES

Aqui tem
FINEP





Agenda Operacional Mínima
proposta em 2003



A FINEP enfrentava problemas estruturais originados particularmente no período de 1991 a 1998. Apesar dos esforços da administração do período 1999-2002, o quadro encontrado pela Diretoria Executiva à época de sua posse, em 2003, ainda era o de uma FINEP descapitalizada, com déficits operacionais sistemáticos, um grande passivo trabalhista, baixa execução orçamentária e financeira, e práticas que a afastavam das comunidades acadêmica e empresarial.

Em março de 2003, com base no diagnóstico realizado, foi estabelecida uma Agenda Operacional Mínima da FINEP, na qual foram desenhados os contornos iniciais de sua atuação para a gestão 2003-2006, resumidos a seguir.

Objetivos gerais

- Expandir e aperfeiçoar o Sistema Nacional de C,T&I.
- Induzir e estimular atividades para promoção da ampliação da capacidade de inovação, de geração e incorporação de conhecimento científico e tecnológico na produção de bens e serviços.
- Estimular a geração e uso de tecnologias para o desenvolvimento social.

Estratégias de ação

- Atuar junto a empresas a partir das prioridades emanadas da política industrial.
- Fomentar as atividades de pesquisa científica e tecnológica com recursos do FNDCT para projetos submetidos às chamadas dos Fundos Setoriais, para apoio a grupos emergentes e para projetos em redes temáticas (nanociência, biotecnologia, fármacos, tecnologias da informação, materiais avançados, etc).
- Fortalecer parceria com os estados da Federação, intensificando a articulação entre ICTs e empresas.

Medidas para aperfeiçoar a atuação da FINEP

Foram, ainda, propostas medidas para aperfeiçoar a atuação da FINEP e consolidá-la como Agência Brasileira de Inovação, agregadas em dois blocos, um relacionado à articulação e gestão externa e o outro à gestão interna, conforme descrito a seguir.

Medidas de articulação e gestão externa

- Articular com o MCT a realização de ampla discussão sobre a política de financiamento dos Fundos Setoriais, em particular o Fundo de Infra-estrutura e o Fundo Verde-Amarelo.
- Aumentar a participação da comunidade de C,T&I, do setor empresarial e do governo na coordenação da política e da gestão dos Fundos Setoriais, através da criação do Conselho Deliberativo do FNDCT e outros fóruns adequados.
- Integrar as ações da FINEP com governos estaduais, bancos públicos de fomento, agências de fomento regional e agências estaduais de desenvolvimento, visando implementar uma política de desenvolvimento industrial desconcentrada que mobilize e atraia a participação de pesquisadores e técnicos de universidades e institutos tecnológicos locais.
- Fazer gestões junto à área econômica do governo, para promover um processo de capitalização da FINEP para que a Empresa possa operar em nível satisfatório, como instrumento do MCT para a indução do desenvolvimento econômico-social do País. Entre as medidas que serão perseguidas estão a transferência de cotas do FND para a FINEP e o aumento de capital com saldos do FNDCT de exercícios anteriores.
- Intensificar o processo de renegociação combinado com cobrança judicial das empresas inadimplentes com a FINEP, visando acelerar a recuperação de créditos.
- Promover feiras, fóruns, seminários, rodas de negócios, intercâmbio internacional e ampliar a divulgação dos programas e ações da FINEP, em articulação com as entidades empresariais, visando induzir e

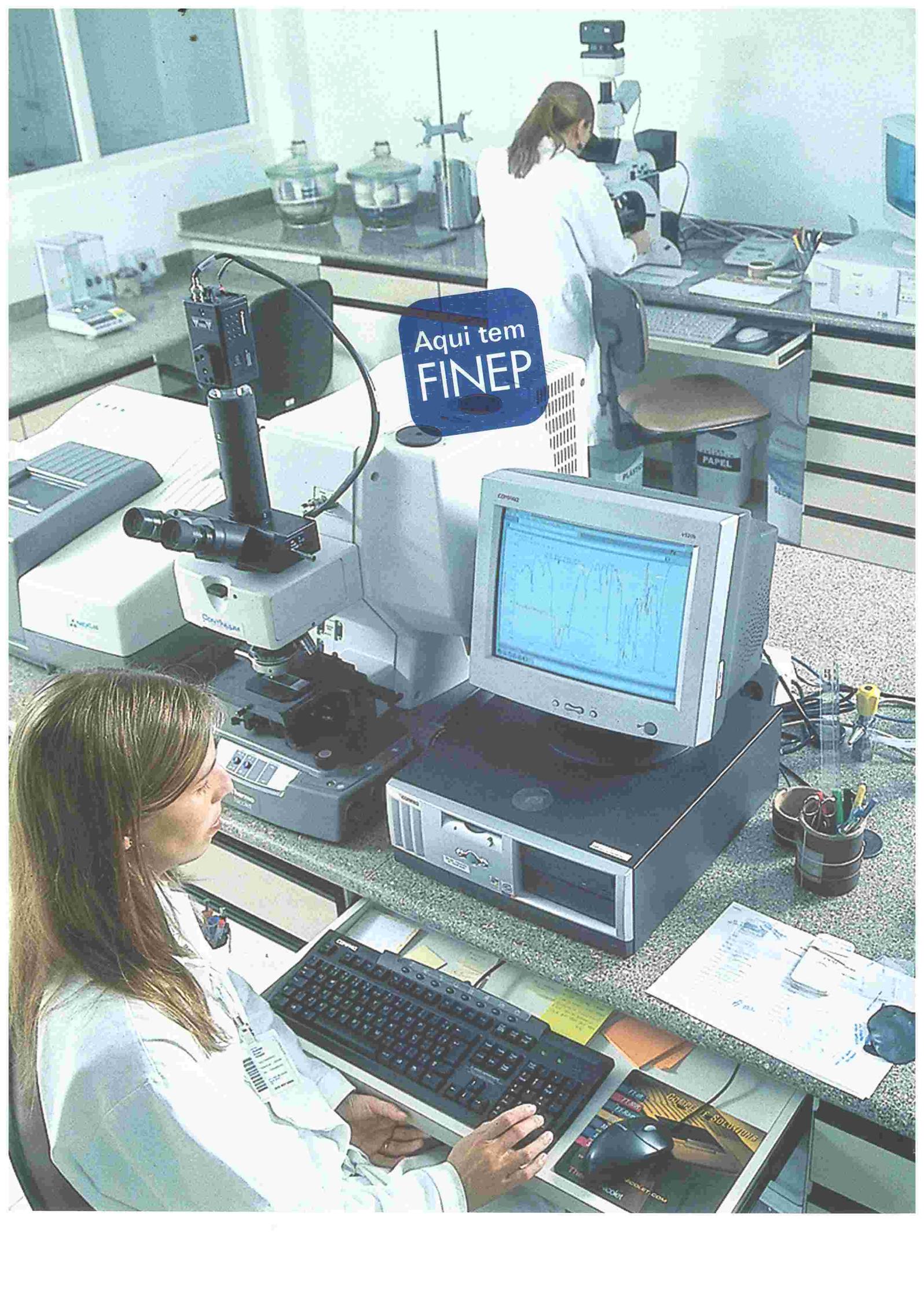
estimular atividades de inovação e de P&D nas empresas, em parceria com universidades e centros de pesquisa.

- Promover um conjunto de atividades que caracterizem uma ação pró-ativa da FINEP para estimular a criação e o desenvolvimento de incubadoras de empresas de base tecnológica e de parques tecnológicos.

Medidas de gestão interna

- Ajustar a estrutura interna da FINEP e promover uma revisão da sistemática de processamento, análise e avaliação dos projetos apresentados para financiamento (com ou sem retorno), visando agilizar seu processamento e aumentar a transparência das decisões.
- Renovar a composição do Conselho Consultivo e valorizar seu papel na FINEP, principalmente na elaboração de diagnósticos, estudos prospectivos e identificação de oportunidades, por meio de Comitês Consultivos Setoriais, integrados por membros da comunidade de C,T&I.
- Rever a política de crédito para empresas com subsídios do Fundo Verde-Amarelo (equalização de juros), estabelecendo setores prioritários para financiamento e condições que propiciem a criação ou a ampliação das equipes de P&D nas empresas com a absorção de pesquisadores com mestrado e doutorado.
- Criar programas que promovam a pesquisa e a aplicação de tecnologias apropriadas para melhoria da produção agrícola familiar e o aumento do valor dos produtos de pequenos produtores visando o desenvolvimento social.
- Tomar medidas de racionalização de despesas e contenção de gastos para que, combinadas com o aumento da receita, o déficit no balancete da empresa seja anulado já em 2003.
- Equacionar a questão do passivo trabalhista mediante negociação com os funcionários.

Aqui tem
FINEP





Implementação da Agenda
Operacional Mínima
2003 – 2006



> Reestruturação organizacional da gestão

Para atingir os objetivos de aperfeiçoamento de suas ações e consolidação da FINEP como a Agência Brasileira de Inovação, esforços foram envidados para a melhoria dos processos de gestão interna. Ao longo dos quatro anos desta gestão, ajustes e aperfeiçoamentos foram necessários, de forma a dar conta da complexidade da estrutura da FINEP e de suas funções, buscando soluções para dirimir os pontos críticos que se colocavam no período. Entre os aspectos tratados e avanços obtidos, destaca-se o estabelecimento de um modelo de organização e gestão, que tornou a Agência mais transparente, ágil e eficiente, melhorando seus processos e mecanismos de controle.

A política de gestão da Agência foi norteada por duas ações iniciais:

- Reativação do Conselho Consultivo, incorporando representantes de diversos segmentos da sociedade, com atuação em atividades científicas, tecnológicas e empresariais, visando, com isso, mobilizar a comunidade de C,T&I na identificação de oportunidades, estratégias e prioridades de atuação da FINEP. Como elemento de fortalecimento da atuação deste Conselho, foram criadas 17 Câmaras Setoriais, das quais 10 foram instaladas em 2003. Cabe ressaltar que apesar dos esforços, as proposições do Conselho necessitam, ainda, de maior repercussão internamente. Já a dinâmica impressa para o funcionamento das Câmaras Setoriais não foi suficiente para alimentar o Conselho Consultivo, bem como a área de planejamento da FINEP. De fato, com a implementação das Ações Transversais (ver pág. 43, 4º parágrafo), observou-se uma redução no escopo de ação das abordagens setoriais. Contudo, iniciativas como a das Câmaras Setoriais são relevantes para dar apoio ao planejamento e ao processo de tomada de decisão na alocação de recursos, assim como de acompanhamento e avaliação das ações realizadas, e carecem ainda de ajustes para obtenção de melhores resultados.

- Elaboração da política de fomento da FINEP, combinando recursos reembolsáveis e não-reembolsáveis e prevendo a criação de novos instrumentos e programas que pudessem contemplar todas as etapas e dimensões do processo de inovação, desde o apoio financeiro à P&D em laboratórios públicos e privados, até o desenvolvimento de empresas, bens e serviços inovadores. Desde então, com a política adotada, com apoio das políticas governamentais em curso e com a aprovação de um novo marco legal regulador para a área, os instrumentos e programas disponibilizados pela FINEP foram de tal forma adensados, que superaram em muito os objetivos e metas planejados em 2003. Como resultado, a FINEP disponibiliza, atualmente, uma carteira que atende a toda a cadeia de atores e aspectos inerentes ao processo de inovação.

O modelo de organização contemplou:

- Reformulação de duas diretorias, para dar maior visibilidade e facilitar o acesso de potenciais clientes às linhas de apoio disponibilizadas pela Agência. Estas diretorias passaram a concentrar atividades ligadas diretamente à operação, com foco no apoio e fomento aos dois principais grupos de clientes: as ICTs – com foco nas universidades e nos institutos de pesquisa tecnológica – e as empresas.
- Criação de uma superintendência dedicada a tecnologias para o desenvolvimento social, em atendimento a um dos objetivos gerais definidos na Agenda Mínima.
- Centralização das áreas financeira, administrativa e de gestão jurídica e de crédito sob uma mesma diretoria.
- Reestruturação e articulação dos departamentos de recuperação de crédito e de contencioso, ampliando os canais de renegociação de dívidas das empresas, implementando ações para a redução do contencioso e fortalecimento das medidas existentes para garantia da qualidade dos créditos concedidos, através da atuação do Comitê de Enquadramento Operacional (CEOP), departamento de garantias, de créditos, entre outros.

- Revisão da metodologia de operação referente à análise, aprovação e contratação de projetos, para aprimorar o atendimento às demandas recebidas, abrangendo a revisão de etapas e prazos dos macroprocessos de chamadas públicas e encomendas, o que proporcionou uma significativa redução do prazo médio entre o recebimento de propostas e a contratação de projetos.

Uma outra questão administrativa priorizada no período referiu-se à gestão de recursos humanos, com ênfase no equacionamento das questões trabalhistas que, além de por em risco a situação financeira da FINEP, representavam fortes entraves entre a gestão da empresa e seu corpo funcional. Dentre as ações realizadas, a partir de 2003, salientam-se:

- Negociação coletiva de trabalho entre a FINEP e as entidades representativas dos funcionários.
- Instituição e execução do processo de reenquadramento funcional para todos os funcionários do quadro para minimizar distorções anteriores.
- Construção e implementação do Sistema de Avaliação de Desempenho Semestral e do Sistema de Promoção Funcional Anual.
- Realização de concurso público para reposição do quadro funcional.
- Avanços na política salarial com ganhos reais e revisão e aumento dos benefícios sociais concedidos aos funcionários.
- Programa de valorização de recursos humanos via capacitação e treinamento.
- Eleição direta de três representantes do corpo funcional para integrar o CEOP, visando o aumento da transparência no processo de avaliação e seleção de projetos.

> Recuperação de crédito

Em 2003, a inadimplência de empresas tomadoras de crédito se encontrava em 26,8%, resultado da operacionalização de créditos reembolsáveis, com ênfase em projetos de gestão da qualidade, ocorrida no período entre 1991 e 1998.

A partir de 2003, foram intensificadas as atividades iniciadas em 2000, de recuperação de crédito e de cobrança e renegociação das dívidas das empresas, com a reestruturação e articulação dos departamentos responsáveis. Além de renegociar as dívidas das empresas, buscou-se estreitar o relacionamento com as que estavam em cobrança judicial, visando à recuperação dos valores liberados, através de acordos extrajudiciais. Assim, o índice de inadimplência reduziu-se sucessivamente, passando a 14,9% em 2004, 13,5% em 2005 e alcançando, em 2006, 8,4%. Isolados os créditos inadimplentes contratados até 1999, o índice de inadimplência atual é inferior a 1%, demonstrando o acerto nas medidas implantadas para assegurar a qualidade das operações de crédito.

Concomitantemente a essa ação, visando o maior controle das operações de crédito, foi criado um Sistema de Classificação de Risco (SCR) para as empresas, que traduz em valores as incertezas decorrentes do aporte de recursos financeiros nessas operações, auxiliando a análise econômico-financeira e reduzindo o risco inerente à tomada de decisão das operações reembolsáveis. Em 2003, foi criado um grupo de trabalho para desenvolvimento desse sistema, com definição de indicadores e de metodologia para o cálculo do risco e a criação de um banco de dados de indicadores financeiros setoriais baseados nos dados de empresas de capital aberto disponibilizados pela CVM.

Esse sistema engloba a avaliação de riscos financeiro, empresarial, comercial e tecnológico, apontando um resultado final de nível de risco baixo, médio e alto. Pode ser utilizado também na política de definição dos *spreads*, bem como na apropriação da provisão para devedores duvidosos, além de proporcionar uma avaliação permanente do risco da sua carteira de financiamentos. Para exemplificar, em 2006, 65% da carteira estava concentrada em empresas de baixo nível de risco, contribuindo para manter a situação financeira em níveis confortáveis, tendo em vista às restrições impostas pela natureza das fontes de financiamento da FINEP.

Em 2006 foi desenvolvida uma nova metodologia para acompanhamento das operações reembolsáveis, adaptada aos critérios do SCR, que permitirá caracterizar a carteira, não só em relação ao risco, mas também com informações relativas à concentração por setor, região e porte das empresas. Pretende-se, assim, ter um instrumento mais eficiente para prevenção da inadimplência, bem como de orientação das políticas operacionais de financiamento.

Neste sentido, importante ainda citar que, em setembro de 2004, foi criado um departamento de avaliação e acompanhamento de garantias, como outra ação preventiva contra possíveis inadimplências, visando prover a FINEP de garantias consistentes. As principais atribuições deste dizem respeito a estimar o valor dos bens oferecidos em garantia a novos financiamentos, municiar o departamento de recuperação de crédito com estimativas de valores de garantias constituídas envolvidas nas renegociações, dar apoio ao departamento de contencioso, e prestar consultoria trabalhista e previdenciária no que tange à homologação de valor de bens estimado por peritos judiciais e, ainda, proceder ao acompanhamento de garantias já constituídas. Assim, em 2006, foram analisados 119 laudos de avaliação e expedidas cartas a 178 instituições financiadas, solicitando a regularização de pendências referentes a garantias de contratos.

Ao mesmo tempo, a FINEP atuou no sentido de fortalecer a política de

créditos a empresas para financiamento à inovação. O antigo ADTEN, programa de financiamento reembolsável a empresas, foi reformulado, reforçando a componente de inovação através do PROINOVAÇÃO. Seu objetivo é o financiamento reembolsável a projetos de P&D, inovação e capacitação tecnológica em empresas brasileiras, com encargos financeiros variáveis, dependendo das características dos projetos. Menores encargos são destinados a projetos de inovação em setores priorizados pela Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e de empresas que contratam pesquisadores pós-graduados. Para isso, é utilizado o instrumento de equalização de juros, criado com recursos do Fundo Verde-Amarelo.

Cabe mencionar os esforços de ampliação e consolidação da carteira de operações reembolsáveis através de atividades de fomento a novos projetos. O processo de montagem de uma carteira consistente é de longa maturação e pode levar em média 12 meses, desde o contato inicial com a empresa, até a aprovação da operação. Paralelo às atividades de fomento, mas não menos importante, grande esforço foi empreendido para a agilização das análises de projetos já em carteira, bem como para a execução prevista de desembolso de operações contratadas.

> Equacionamento da questão do passivo trabalhista

De 2003 a 2006, foram ajuizadas 81 ações trabalhistas. Até o final de 2006, a FINEP contava com cerca de 240 demandas judiciais ativas.

Os principais temas levados ao Judiciário são: horas extras bancárias, equiparação salarial, restabelecimento de gratificação pecuniária, reintegração no emprego e reenquadramento. Dentre estes, as maiores condenações com trânsito em julgado contra a FINEP são reservadas aos empregados reintegrados, que muitas vezes ficam anos fora da empresa e retornam por meio de decisões liminares, com direito integral à remuneração retroativa. Também é elevado o passivo das ações plúrimas, nas quais os empregados, em blocos de 20 a 50 reclamantes, pleiteiam a

condenação da FINEP no pagamento de horas extras bancárias.

Um total de sete ações estão em fase de execução, em estágios mais ou menos avançados. Nas condenações, que somam mais de R\$ 70 milhões, a FINEP vem alcançando êxito na redução dos valores executados. Tendo em vista o longo prazo para conclusão dos processos, não é possível prever quando a FINEP será efetivamente compelida a pagar as condenações. Todavia, é constante a ameaça de penhora *on line* de dinheiro na conta única.

Ultimamente, foram ajuizadas algumas ações de revisão do processo de reenquadramento ocorrido no período 2003/2006, valendo destacar que empregados oriundos dos últimos concursos ingressaram com esse objetivo.

> Capitalização da FINEP

Ao longo da sua história, a FINEP enfrentou períodos bastante diferenciados no que tange à captação de recursos para o financiamento de atividades de P&D, sempre marcado pela dependência do orçamento fiscal, dos ciclos da atividade econômica e das condições da política fiscal e monetária.

Ao contrário de outras instituições financeiras que possuem um padrão de financiamento apoiado por Fundos Constitucionais, garantindo permanente estabilidade no fluxo de capital e fontes de financiamento, a FINEP é a única instituição financeira federal que não dispõe de nenhum instrumento desta natureza.

Porém, a FINEP, como os demais agentes financeiros, foi constituída como empresa pública e como instituição financeira reconhecida pelo Banco Central, mediante Carta-Patente n.º A-67/3247, expedida em 18/10/1967. Como empresa, a FINEP tem seu regime de trabalho regido pela CLT. Como empresa pública não dependente, sua auto-sustentação só pode ser garantida se as operações de crédito com empresas gerarem resultados. Como Secretaria-executiva do FNDCT, é remunerada por uma taxa de administração que não chega a cobrir 40% das suas

despesas globais com a gestão do Fundo.

No cenário atual, a perspectiva é positiva e favorável à construção de uma solução definitiva para o equilíbrio da FINEP. Ao longo destes quatro anos, foram permanentes os esforços para captação de recursos e, em menor escala, para capitalização da FINEP. Estes esforços se tornam ainda mais necessários com o crescimento bastante significativo da demanda por financiamentos reembolsáveis (ver item apoio à inovação nas empresas, pág. 58). Foram estabelecidas negociações com várias instâncias decisórias para aporte de recursos de fundos nacionais, tais como o FAT, o FND e o FNDCT. Cabe mencionar que estas ações devem ser entendidas como parte de um processo de negociações e representam um importante passo em direção à consolidação da FINEP como agência de financiamento da inovação no País. Entre as negociações levadas a cabo no período, salientam-se:

→ Captação de recursos do FAT, FND e FNDCT

Em relação ao crédito, o FAT tem um papel de destaque tradicional na política de inovação da FINEP. Em 2006, foi aprovado junto ao CODEFAT um aporte de R\$ 400 milhões, o que representa um crescimento de 100% em relação aos R\$ 200 milhões negociados em 2005. O FND também representa uma importante fonte de recursos para as operações de crédito da FINEP e aportou um valor médio anual no período 2003-2006 de R\$ 120 milhões. Finalmente, destaca-se, ainda em 2006, o retorno do FNDCT à condição de fonte de financiamento reembolsável, quando houve o repasse de R\$ 38 milhões.

→ Aporte de capital do FND e do FNDCT

O último aporte de capital do FND à FINEP foi realizado em 2001, no montante de R\$ 320 milhões. Foi uma operação inédita que consistiu na integralização de capital pela União, com quotas do FND. Naquele momento, a FINEP atravessava um período de elevada inadimplência, e o mesmo instrumento legal autorizou a redução do seu capital em R\$ 140 milhões, absorvendo os prejuízos acumulados até dezembro

de 1999, o que reduziu o efeito da capitalização.

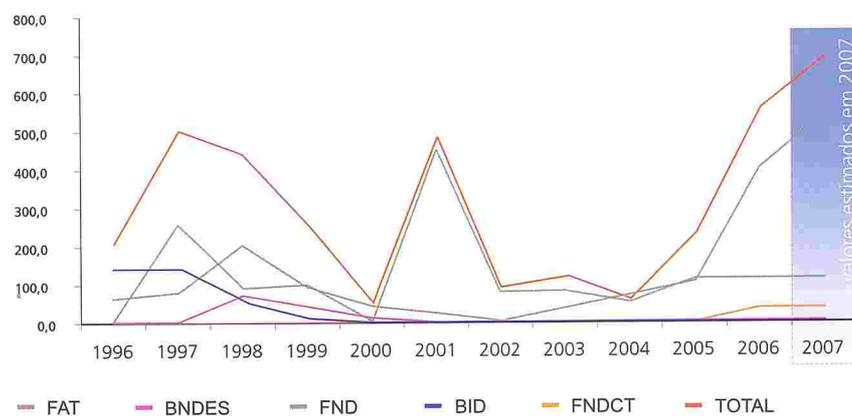
Os esforços realizados no período 2003-2006 visaram à consecução de nova operação de capitalização da FINEP com cotas do FND, similar à de 2001. Alternativamente, buscou-se uma repactuação da dívida existente e a obtenção de novo empréstimo de longo prazo.

Uma outra alternativa estudada e em negociação consiste em empréstimo de longo prazo do FNDCT à FINEP, empregando recursos arrecadados do fundo e não comprometidos na sua atividade-fim. Somando este empréstimo pretendido no FNDCT às disponibilidades já existentes, os ativos da FINEP poderiam gerar receitas suficientes para garantir a sua auto-sustentação e mobilizar recursos para atender uma parcela significativa da demanda das empresas brasileiras por financiamento à P&D.

O ano de 2006 foi o de maior intensidade na atividade de captação de recursos da última década, e certamente o mais significativo desde o final dos anos 1980. O gráfico 1 apresenta a evolução dos recursos captados onde se caracteriza a importância relativa de cada fonte de financiamento.

GRÁFICO 1

FINEP – Evolução dos Recursos Captados – 1996 – 2007
Valores Constantes IGP DI – Base Dezembro 2006 (Valores em R\$ Milhões)



> Articulação com o MCT e suas políticas

A atuação da FINEP no período tem sido convergente com a atual Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PNCT&I) definida pelo MCT. Sendo a FINEP agência essencial para a execução de tais políticas, sua atuação e avanços observados na gestão e operação foram norteados pelas estratégias deste Ministério.

Na qualidade de Secretaria-executiva do FNDCT, a FINEP teve o seu papel fortalecido com o advento dos Fundos Setoriais, criados na perspectiva de serem fontes complementares de recursos para financiar o desenvolvimento de setores estratégicos para o País. Suas receitas provêm de contribuições incidentes sobre o resultado da exploração de recursos naturais pertencentes à União, parcelas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de certos setores e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre os valores que remuneram o uso ou aquisição de conhecimentos tecnológicos e a transferência de tecnologia do exterior.

À exceção do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), gerido pelo Ministério das Comunicações, todos os demais 15 fundos são vinculados ao MCT e alocados no FNDCT, tendo a FINEP como sua Secretaria-executiva. São eles: Fundo Setorial Aeronáutico; de Agronegócios; da Amazônia; Aquaviário; de Biotecnologia; de Energia; Espacial; de Recursos Hídricos; de Informática; de Infra-Estrutura; Mineral; do Petróleo; da Saúde; dos Transportes; e de Integração Universidade-Empresa (Verde-Amarelo).

O modelo de gestão concebido para os Fundos Setoriais foi baseado na existência de Comitês Gestores para cada fundo, que têm a prerrogativa legal de definir suas diretrizes, ações e planos de investimentos. Se, por um lado, este modelo possibilitou a ampla participação de setores da sociedade nas decisões sobre aplicações de recursos de cada fundo, por outro, teve como resultado uma gestão pouco integradora de suas ações. Como dos 15 fundos chamados setoriais geridos pela FINEP, 12 são de fato setoriais, um regional (Amazônia) e apenas dois transversais (Infra-Estrutura e Verde-Amarelo), a recomposição do FNDCT por meio

dos Fundos dificultou a implementação de uma política de C,T&I mais abrangente, uma vez que setores importantes da economia, assim como áreas do conhecimento, não contavam com recursos específicos para seu financiamento.

Em 2004, duas importantes medidas foram adotadas pelo MCT para aperfeiçoar o modelo de gestão dos Fundos: a reformulação e ativação do Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais e o estabelecimento de Ações Transversais.

O Comitê de Coordenação passou a ter como principais atribuições a integração e compatibilidade das ações dos Fundos e a definição de Ações Transversais a serem apoiadas anualmente. A criação destas ações objetivou possibilitar a utilização de recursos de diversos Fundos para suportar iniciativas mais abrangentes do que aquelas de caráter setorial, que puderam ser financiadas com recursos dos Fundos de caráter transversal (Infra-Estrutura e Verde-Amarelo) ou com recursos de mais de um Fundo Setorial.

As Ações Transversais representaram um grande avanço na gestão dos Fundos e importante instrumento da política governamental de C,T&I, tendo sido orientadas, neste período, pelos eixos estratégicos que norteiam a PNCT&I definida pelo MCT: Expansão, Consolidação e Integração do Sistema Nacional de C,T&I; Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior; Objetivos Estratégicos Nacionais; e C&T para a Inclusão e Desenvolvimento Social.

A gestão dos recursos do FNDCT pela FINEP passou a ser realizada em consonância com este novo modelo de gestão, o que contribuiu para aumentar a abrangência e a convergência de sua atuação com as orientações de política do Ministério e para dar maior consistência à mesma.

> Novo marco legal-regulador

Durante este período, foi marcante o esforço de estabelecimento, por parte do MCT, de um novo marco legal-regulador visando consolidar as ações vocacionadas para a área de C,T&I, que impactam diretamente as ações da FINEP. O estreitamento das relações com o Congresso Nacional, que se refletiu na criação da Frente Plurisetorial em Defesa da Ciência e Tecnologia, contribuiu de forma decisiva para a aprovação de projetos de lei e de medidas provisórias que balizaram novos horizontes para a ciência brasileira. Deste conjunto, duas leis têm impacto significativo na atuação da FINEP:

- *Lei 10.973, de 02.12.2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11.10.2005 - Lei da Inovação*: estimula a pesquisa e o desenvolvimento de novos processos e produtos nas empresas, a partir da integração de esforços entre universidades, instituições de pesquisa e empresas de base tecnológica. Estabelece, ainda, a concessão de subvenção econômica a empresas para a realização de projetos de inovação; favorece a contratação de pesquisadores pelas empresas; e estabelece um percentual mínimo a ser aplicado nas regiões menos favorecidas do País e em micro e pequenas empresas.
- *Lei 11.196, de 21.11.2005, regulamentada pelo Decreto nº 5.798 de 07.06.2006 - Lei do Bem*: incentiva o processo de inovação na empresa, entre outras medidas, ao permitir a redução de 50% do IPI incidente sobre equipamentos importados para P&D e ao assegurar a dedução do IR em valor equivalente ao dobro do investido pela empresa em P&D. Prevê concessão de subvenção econômica para empresas que incorporarem pesquisadores, titulados como mestres ou doutores, em atividades de inovação, compartilhando os custos relacionados a sua remuneração (60% para empresas localizadas nas áreas da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA e Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE e 40% para as demais).

O marco legal que possibilitou a concessão de subvenção econômica foi estabelecido a partir da aprovação da Lei da Inovação e da Lei do Bem. A concessão da subvenção econômica para a inovação nas empresas é um instrumento de política de governo utilizado em países desenvolvidos e está sendo implementado no Brasil pela primeira vez. Sua utilização

objetiva estimular a inovação nas empresas através da aplicação de recursos públicos não-reembolsáveis diretamente em empresas, para com elas compartilhar os custos e riscos inerentes a tais atividades.

Além destes avanços, em 2006, foi encaminhado pelo Governo Federal um Projeto de Lei (PL) ao Congresso Nacional para a regulamentação do FNDCT. O texto final do PL cria um Conselho Diretor para sua gestão, presidido pelo MCT e com participação dos ministérios da Educação, Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Planejamento, Defesa e Fazenda, além da FINEP, do CNPq e de representantes das comunidades científica, tecnológica e empresarial. Existem expectativas de que o Projeto de Lei seja reapresentado na legislatura que se inicia em 2007, depois de concluída sua análise final pelo MCT e pela área financeira do Governo Federal.

Esforços foram realizados visando o aumento da disponibilidade orçamentária dos Fundos Setoriais, para aproximação progressiva ao orçamento da receita anual de cada um deles, com a redução da parcela da reserva de contingência e sua anulação antes ou até 2010. Isto possibilitaria à FINEP ampliar os financiamentos institucionais para infra-estrutura de pesquisa e para projetos de C,T&I de universidades, centros de pesquisa, empresas e organizações públicas ou privadas.

Por outro lado, o texto final da regulamentação contém matéria importante que estabelece os recursos dos Fundos Setoriais destinados a financiar as Ações Transversais que serão objeto de programação orçamentária especial, não sendo obrigatória sua aplicação no setor de origem dos recursos.

> Implementação da PITCE

A atual Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação estabelece a inovação como alavanca do desenvolvimento nacional. Tal importância está explicitada nas estratégias estabelecidas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. A articulação desta política com a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) representa um avanço expressivo em termos da formulação e convergência de políticas e na forma de compreensão e de promoção da ciência e tecnologia no País.

Desde 2003, o planejamento das atividades da FINEP tem se orientado pelas diretrizes do Ministério da Ciência e Tecnologia e por políticas emanadas do Governo Federal. No período de 2004, quando foi iniciada a implementação da PITCE, reconheceu-se o papel da inovação como elemento chave para a competitividade, tratando a promoção do desenvolvimento tecnológico e inovativo de forma indissociada do desenvolvimento industrial.

A FINEP tornou-se uma das principais agências do Governo Federal responsáveis pela implementação das ações da PITCE. Para isso, desenhou programas e instrumentos convergentes com as linhas da política voltadas para a promoção do desenvolvimento tecnológico e inovativo. Nos três anos de vigência da PITCE, a FINEP investiu mais de um bilhão de reais em ações relacionadas a esta. Sua ação se dá através de chamadas públicas e encomendas, centradas nas seguintes linhas de ação estabelecidas na PITCE:

- Fortalecimento do Sistema Nacional de Inovação. Foram investidos R\$ 47 milhões no apoio à modernização das ICTs, em particular, das instituições de pesquisa tecnológica, no período de 2004 a 2006.
- Promoção da inovação através de programas cooperativos entre ICTs e empresas para o desenvolvimento de produtos e processos, tais como os Programas COOPERA, APL, RBT e PAPPE; extensionismo tecnológico, com os Programas PRUMO e PROGEX; apoio à estruturação de laboratórios de metrologia e conformidade de produtos; e linhas de crédito à inovação das empresas.
- Promoção de setores estratégicos e de áreas portadoras de futuro da PITCE, através da priorização em chamadas públicas dos programas da FINEP ou lançamento de chamadas específicas em tais temas, como *software*, microeletrônica, nanotecnologia, biotecnologia, e fármacos e medicamentos.
- Priorização de empresas de micro e pequeno porte, como definição de um mínimo de recursos a serem aplicados em MPEs em chamadas públicas.

> **Consolidação de parcerias, descentralização das ações e foco em MPEs**

A descentralização dos recursos e a implementação de ações conjuntas entre a FINEP e diversos parceiros regionais, estaduais e locais se tornou uma das prioridades desta gestão em paralelo à implementação de ações para apoio a empresas de pequeno porte. O objetivo central desta estratégia institucional foi diminuir as desigualdades regionais historicamente identificadas por indicadores de C,T&I.

A definição de um novo marco regulador foi fundamental para a criação de mecanismos legais que embasam o apoio à descentralização das ações e a empresas de pequeno porte. A execução desta estratégia obteve êxito particularmente em relação às interações com secretarias de estado de ciência e tecnologia e suas Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs), bem como com o Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), através da promoção de programas voltados fundamentalmente a Micro e Pequenas Empresas (MPEs), seja através do apoio à cooperação entre empresas e ICTs, a pesquisadores nas empresas, e a programas de crédito com taxas de juros reduzidas.

A primeira experiência ocorreu com o Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (PAPPE), uma iniciativa conjunta e compartilhada em termos financeiros e gerenciais entre a FINEP e as FAPs. O modelo operacional proposto tem como pressuposto o aumento da abrangência e capilaridade operacionais da FINEP, bem como o estímulo à integração entre agentes locais através do repasse de recursos federais aos estados e suas FAPs, gerando uma melhor adequação dos recursos às condições e necessidades locais. Lançado em final de 2003, o PAPPE foi pioneiro ao estimular e implementar a utilização de recursos públicos federais e estaduais de forma conjunta, buscando uma convergência de políticas e fortalecendo os sistemas nacional e regionais de inovação (ver item apoio à inovação nas empresas, pág. 58). Considerando as limitações de capacidade financeira de cada um dos estados participantes, o Conselho Nacional das Secretarias de C&T estabeleceu regras para a participação financeira de cada um dos estados em função do seu PIB.

Esta experiência exitosa do PAPPE está sendo reforçada pelo estabelecimento de novas parcerias em âmbito estadual, para descentralização operacional da subvenção econômica a micro e pequenas empresas. O processo deve estar concluído no primeiro trimestre de 2007. A Lei da Inovação prevê a concessão de subvenção econômica de forma descentralizada, através da operação com parceiros locais, estaduais ou regionais, que serão responsáveis por garantir a capilaridade, abrangência do instrumento e acesso das micro e pequenas empresas brasileiras a recursos para o desenvolvimento de atividades de inovação. Para isso, em 2006, a FINEP selecionou parceiros, através de chamada pública, para implementação do Programa PAPPE Subvenção nos vários estados do País, disponibilizando um total de R\$ 150 milhões.

A segunda experiência resultou na negociação que gerou o Convênio de Cooperação Geral entre a FINEP e o Sebrae, firmado em 2005, visando à construção de ações conjuntas para promoção de inovação em micro e pequenas empresas. Com esta parceria, ações foram deslançadas envolvendo recursos que totalizam mais de R\$ 70 milhões para apoio a projetos entre MPEs e ICTs.

A terceira experiência foi a do Programa Juro Zero, criado para disponibilizar, através de parceiros locais, uma linha especial de crédito reembolsável para pequenas empresas inovadoras. Em 2004, foram selecionados parceiros para a operação descentralizada, que começaram a operar em 2006.

Além desses programas, salienta-se, ainda, o Programa de Apoio a Eventos Regionais e Locais, uma nova modalidade de apoio descentralizado a eventos, implementada em 2006, para apoio a eventos regionais ou locais. O Programa é operado pelas secretarias estaduais de CT&I ou FAPs, em suas áreas geográficas de atuação, com a contrapartida dos estados, visando elevar os recursos do Programa e melhorar a distribuição geográfica de eventos de C,T&I, para corrigir disparidades regionais.

Os planos de fortalecer a parceria entre FINEP e BNDES, através da integração de suas agendas de financiamento para potencializar suas ações, fizeram parte das agendas dos dois organismos no período, porém ainda estão sendo trabalhadas formas mais efetivas de atuação que atendam às necessidades pleiteadas pelos potenciais beneficiários,

respeitando as peculiaridades de ação de cada um deles. As intenções de ação conjunta visam a ampliação dos recursos, intensificando e aperfeiçoando os instrumentos para alavancar uma nova dinâmica de inovação nas empresas, como a subvenção econômica, capital de risco, crédito com juros baixos e compras governamentais, entre outros.

Em meados de 2006, foram, ainda, iniciados contatos com o Banco do Nordeste (BNB) e o Banco da Amazônia (BASA) com vistas a explorar possibilidades de parcerias e ampliar a atuação da FINEP nas regiões Norte e Nordeste. Estas ações devem ter continuidade em 2007.

> Fortalecimento e ampliação dos recursos do FNDCT

Com a criação dos Fundos Setoriais, o FNDCT foi revitalizado e voltou a crescer a partir de 1999, mas somente em 2005 ele se aproximou do valor de pico alcançado na década de 1970, de cerca de R\$ 800 milhões atualizados, como é ilustrado nos gráficos 2 e 3.

GRÁFICO 2

FNDCT - Evolução da Execução Financeira
(valores em R\$ Milhões Constantes - Média Anual IPCA-preços-Dez/2005)

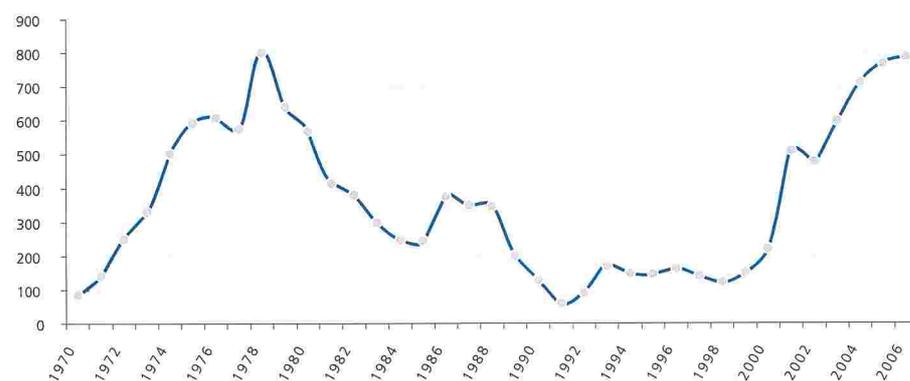
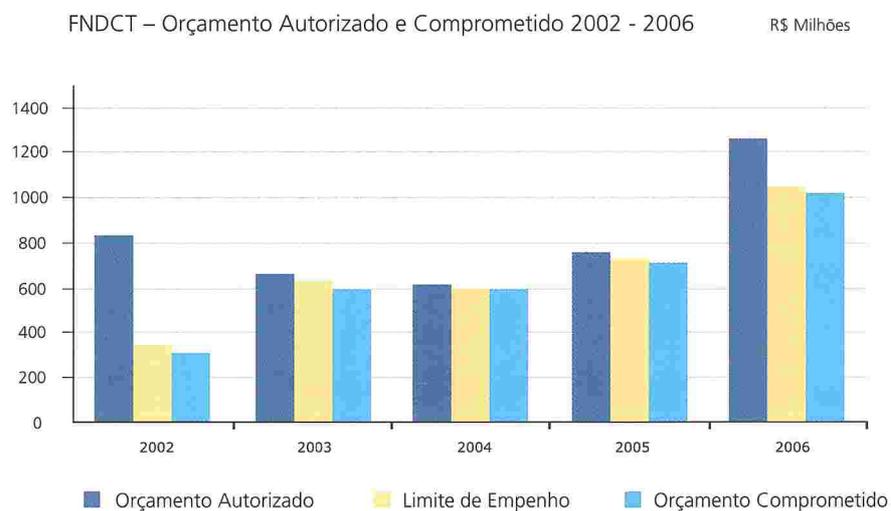


GRÁFICO 3



Houve um aumento gradual dos valores do orçamento autorizado, comprometido e empenhado, conforme apresentado na tabela 1. Em 2006, o orçamento autorizado para o FNDCT atingiu R\$ 1,3 bilhão, representando um aumento de 90% em relação ao orçamento de 2003, enquanto o orçamento comprometido com ações a serem financiadas alcançou um aumento de 74% em relação ao mesmo ano. Deste orçamento comprometido, foram liberados R\$ 787 milhões para pagamentos.

TABELA 1

FINEP - Execução orçamentária e financeira do FNDCT 2003-2006 (R\$ Milhões e percentual)

DISCRIMINAÇÃO	2003	2004	2005	2006
ORÇ. APROVADO/AUTORIZADO	690,8	639,2	815,4	1.318,1
%	100	92,5	118	190,8
ORÇ. COMPROMETIDO	629,6	629,6	796,1	1.097,0
%	100	100	126,4	174,6
PAGAMENTO EFETUADO	513,0	606,5	767,8	774,8
%	100	118,2	149,7	153,5

É importante observar que a implementação das ações transversais foi viabilizada dada a substancial ampliação dos orçamentos disponíveis para o FNDCT. A FINEP aplicou os recursos em Ações Transversais e em Ações Verticais, definidas diretamente por cada um dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais, cuja distribuição é apresentada na tabela 2.

TABELA 2

FINEP — Ações FNDCT/Fundos Setoriais 2003/2006 – Projetos aprovados em Chamadas Públicas e Encomendas, Ações Transversais e Verticais*

MODALIDADE	2003 **		2004		2005		2006	
	nº projetos aprovados	valor total (milhões)						
CHAMADAS PÚBLICAS	n.d	n.d	333	154,80	584	332,18	712	514,69
Ações Transversais	–	–	304	138,50	426	294,75	537	413,76
Ações Verticais	–	–	29	16,30	158	37,43	175	100,93
ENCOMENDAS	n.d	n.d	199	247,40	182	235,3	272	392,53
Ações Transversais	–	–	93	116,00	130	168,04	150	227,3
Ações Verticais	–	–	106	131,40	52	67,26	122	165,18
TOTAL GERAL	332	403,1	532	402,20	766	567,48	984	907,22

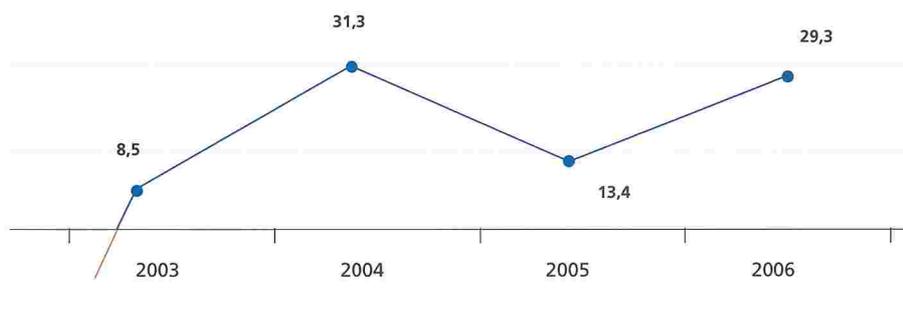
* Englobam recursos do FNDCT/Fundos Setoriais e de parcerias. Não estão contabilizados projetos contratados por parceiros (FAPs e Sebrae).
** A metodologia das Ações Transversais e Verticais só foi implantada a partir de 2004.

> Melhoria do desempenho operacional

Como resultado dos esforços de otimização e contenção de despesas administrativas e de aumento das receitas da FINEP, o resultado operacional dos últimos quatro anos apresentou superávit crescente, se comparado ao ano de 2001, conforme apresenta o gráfico 4*.

GRÁFICO 4

FINEP – Evolução do resultado operacional (receitas e despesas) 2001-2006 R\$ Milhões



O número total e valor das operações reembolsáveis e não-reembolsáveis da FINEP durante o quadriênio, bem como a evolução dos recursos desembolsados, são apresentados na tabela 3 e no gráfico 5, respectivamente. O aumento significativo destes números indica a mudança de patamar de atuação da FINEP. Em 2006, foi alcançado o maior orçamento dos últimos 20 anos e a movimentação de recursos superou a marca de R\$ 1,5 bilhão. Neste ano foi registrado o recebimento de número recorde de 5.300 solicitações de apoio financeiro não-reembolsável.

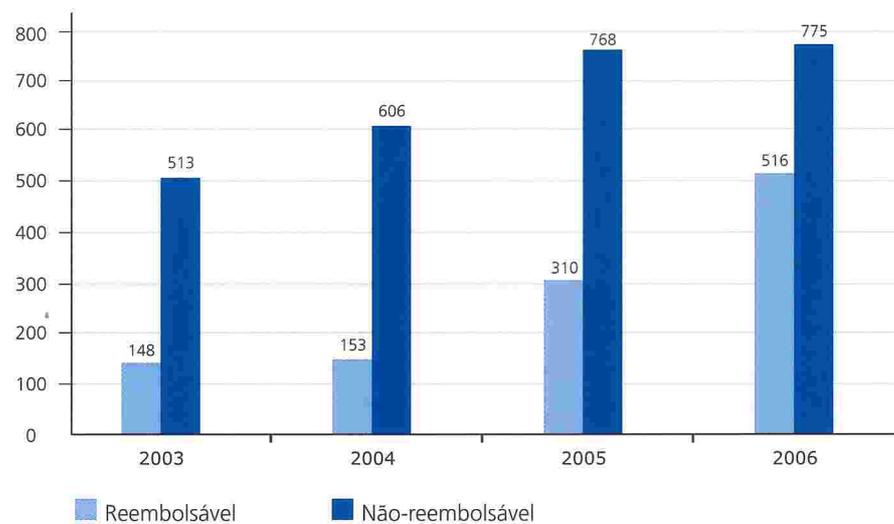
TABELA 3 FINEP - Total de operações realizadas (aprovadas e contratadas) 2003-2006

	R\$ Milhões			
	2003	2004	2005	2006
OPERAÇÕES REEMBOLSÁVEIS				
nº operações aprovadas	21	40	45	72
valor	148,6	342,30	495,00	559,00
nº operações contratadas	27	17	49	67
valor	178,8	117,00	573,60	585,4
OPERAÇÕES NÃO-REEMBOLSÁVEIS				
nº operações aprovadas	645	1.290	1.054	1.280
valor	411,5	573,30	611,60	975,00
nº operações contratadas	437	1.384	1.021	1.261
valor	409,3	771,60	573,50	996,70
TOTAL				
nº operações aprovadas	666	1.330	1.099	1.352
valor	560,1	915,60	1.106,60	1.534,00
nº operações contratadas	464	1.401,00	1.070,00	1.328,00
valor	588,1	888,60	1,147,10	1.582,10

* Incluem recursos de parceiros

GRÁFICO 5

Total de recursos reembolsáveis e não-reembolsáveis desembolsados pela FINEP (2003-2006) R\$ Milhões





Aqui tem
FINEP



Linhas de ação e programas da FINEP

778...
2004...
2005...



A partir de 2004, a FINEP revisou e ampliou seus programas de atuação de forma a adequá-los aos requisitos da política implementada, em consonância com a nova estratégia de ação do MCT orientada pelos eixos estruturantes e pela implementação de Ações Transversais. Esses programas foram agregados em quatro linhas principais, apresentados na tabela 4.

TABELA 4

Carteira de Programas da FINEP em 2006

MODALIDADES	PROGRAMAS	FOCO DOS PROGRAMAS
LINHA 1 Atividades inovadoras nas empresas		
Recursos reembolsáveis	PROINOVAÇÃO	Projetos de P,D&I e capacitação tecnológica, com prioridade para os setores da PITCE.
	JURO ZERO	Inovação da produção à comercialização em MPes, com parcerias regionais.
	PPGFOR	Atividades de engenharia consultiva no segmento de energia.
	MDL	Pré-investimento empresarial e apoio financeiro a projetos cooperativos relacionados a atividades de redução de emissões de poluentes que agravam o efeito estufa.
	FINEPSUL	Apoio a projetos de infra-estrutura de empresas brasileiras de consultoria de engenharia em países da América do Sul.
Recursos não-reembolsáveis	PAPPE	Projetos de P&D, planos de negócios e estudos de mercado, foco em pesquisadores e suas atividades desenvolvidas em empresas ou criação de MPes tecnologicamente intensivas.
	SUBVENÇÃO ECONÔMICA	PAPPE - Atividades inovadoras de empresas alinhadas à PITCE e setores estratégicos em parcerias com agentes regionais e estaduais, focado em MPes. Inovação - Atividades inovadoras de empresas alinhadas à PITCE e setores estratégicos. Pesquisador na empresa - parcela da remuneração de mestres e doutores em atividades de inovação nas empresas.
	PNI	Apoio a incubadoras e parques tecnológicos.
Investimentos	INOVAR (Incub. de Fundos)	Capital empreendedor.
	INOVAR (Fórum de negócios)	Capitalização de MPes tecnologicamente intensivas.
	INOVAR SEMENTE	Estruturação de fundos locais de capital semente.
LINHA 2 Cooperação entre empresas e ICTs		
Recursos não-reembolsáveis (ICTs)	COOPERA	Projetos de P&D e atividades inovadoras de empresas em cooperação com ICTs.
	PPI-APLs	Projetos de P&D com foco em assistência e serviços tecnológicos para empresas.
	RBT	Fornecedores e ICTs (substituição de importações em setores produtivos selecionados).
	ASSISTEC	Assistência e consultoria tecnológica a MPes.
LINHA 3 Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs)		
Recursos não-reembolsáveis	PROINFRA	Modernização da infra-estrutura nas ICTs públicas.
	MODERNIT	Qualificação e modernização nos IPTs públicos.
	PROMOVE	Promoção, modernização e valorização da engenharia brasileira.
LINHA 4 Apoio Científico e Tecnológico para o Desenvolvimento Social		
Recursos não-reembolsáveis	PROSOCIAL	Desenvolvimento e difusão de tecnologias de interesse social, baixo custo, fácil aplicabilidade e impacto social.
	PROSAB	Saneamento básico.
	HABITARE	Habitação.
	PRONINC	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

> Apoio à inovação nas empresas

A FINEP atuou no apoio a atividades inovadoras das empresas, orientando-se fundamentalmente por políticas governamentais, em particular, a PITCE. Para isso, buscou aperfeiçoar instrumentos e mecanismos, de forma a adequá-los às necessidades empresariais e aumentou sua carteira de programas voltados para a inovação na empresa. No início dos anos 2000, a FINEP possuía apenas um programa de financiamento reembolsável – o atual PROINOVAÇÃO – quando foi criado o INOVAR.

Já em 2006, a FINEP disponibiliza as seguintes modalidades:

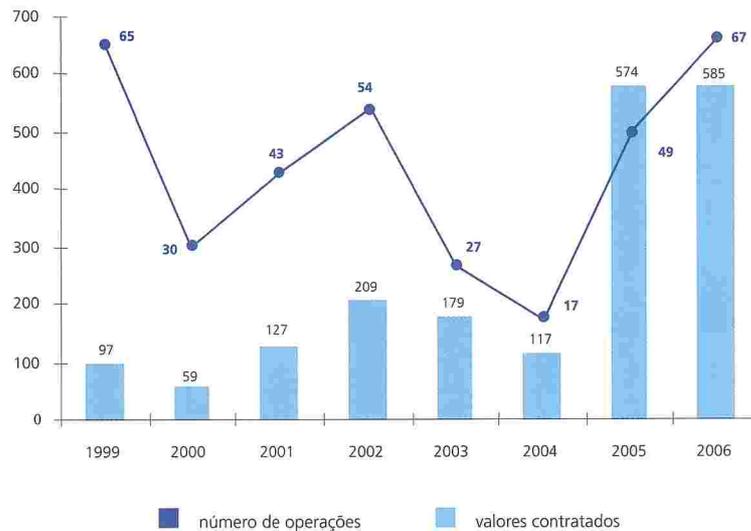
- Programas que utilizam financiamento reembolsável e investimentos – PROINOVAÇÃO, Juro Zero e INOVAR.
- Programas para cooperação entre empresas e ICTs, baseados em apoio financeiro não-reembolsável para ICTs, como o Coopera e seus subprogramas Rede Brasil de Tecnologia e PPI-APLs.
- Programas de apoio financeiro não-reembolsável diretamente às empresas – PAPPE e Programa de Subvenção Econômica.

Além de focar nestas modalidades de apoio à inovação nas empresas, a FINEP, reconhecendo a relevância das pequenas empresas no tecido empresarial brasileiro, seu potencial inovador e dinamizador da economia, atendendo à Lei da Inovação e implementando a PITCE, passou a priorizar as MPEs, desenhando programas adequados às suas necessidades e estabelecendo parcerias com outros atores com maior capilaridade para seu atendimento.

O gráfico 6 apresenta a evolução da aplicação dos recursos para financiamento reembolsável a empresas.

GRÁFICO 6

FINEP – Evolução da contratação de projetos para financiamento reembolsável a empresas (2002/2006) Valores em R\$ Milhões



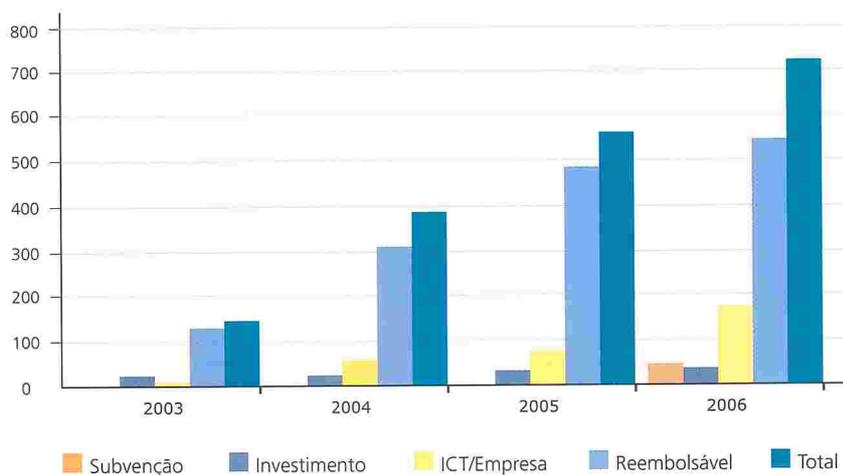
A linha de cooperação entre empresas e ICTs teve um desempenho ascendente no período. No quadriênio 2003-2006, a FINEP financiou cerca de 600 projetos de pesquisa em cooperação com empresas para o desenvolvimento ou aperfeiçoamento de produtos ou processos, totalizando cerca de R\$ 600 milhões e alavancando uma contrapartida das empresas da ordem de R\$ 200 milhões. O sucesso do Programa de Cooperação entre empresas e ICTs indica a necessidade de continuidade e intensificação do mesmo, ampliando os recursos e sistematizando o calendário para o financiamento de projetos de P&D executados por meio desta cooperação.

O gráfico 7 apresenta o total de recursos, no período de 2003 a 2006, agrupados pelo conjunto dos programas de apoio financeiro à cooperação ICTs e empresas, o financiamento reembolsável às empresas, o investimento realizado e o novo Programa de Subvenção Econômica.

GRÁFICO 7

FINEP - Aporte de recursos para inovação nas empresas

Valores (em R\$ Milhões) aprovados 2003-2006



A concessão da subvenção econômica, com base na Lei da Inovação, está sendo operacionalizada pela FINEP. Com o lançamento de três chamadas públicas em 2006, disponibilizará recursos no valor de R\$ 510 milhões para o período de 2006-2008:

- Recursos financeiros (R\$ 300 milhões) para projetos de empresas nacionais de qualquer porte, para o desenvolvimento de processos e produtos, com prioridade para aqueles inseridos em temas contemplados pela Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), quais sejam: fármacos e medicamentos (AIDS e Hepatite); semicondutores e software (TV Digital, aplicações mobilizadoras, tais como educação à distância, e-governo, sistemas de rastreabilidade); bens de capital com foco na cadeia produtiva de biocombustível e combustíveis sólidos; nanotecnologia; biotecnologia; biomassa e energias renováveis; e adensamento da cadeia aeroespacial.

- Recursos financeiros (R\$ 150 milhões) para micro e pequenas empresas, para a implementação descentralizada da subvenção econômica, através da operação com parceiros locais, estaduais ou regionais, que serão responsáveis por garantir a capilaridade, abrangência do instrumento e acesso das micro e pequenas empresas brasileiras a recursos para o desenvolvimento de atividades de inovação.
- Recursos financeiros (R\$ 60 milhões) para a incorporação nas empresas de pesquisadores, titulados como mestres ou doutores, em atividades de inovação, visando compartilhar os custos relacionados a sua remuneração (60% para empresas localizadas nas áreas da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA e Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, e 40% para as demais).

Sobre o apoio a empresas de pequeno porte, salientam-se os novos programas criados:

- O PAPPE, criado para apoiar projetos de pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos, com ênfase neste tipo de empresas, elaboração de planos de negócios e estudos de mercado, prioritariamente em empresas de base tecnológica, sob a responsabilidade de pesquisadores que atuem diretamente ou em cooperação com as mesmas. O programa foi implementado em 20 estados – Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo, Tocantins, além do Distrito Federal. Nos processos de seleção, coordenados pelas FAPs de cada um destes estados, foram contratados 606 projetos envolvendo 549 empresas, totalizando o investimento de recursos por parte da FINEP de R\$ 80 milhões.
- A cooperação entre a FINEP e o Sebrae, teve como resultados o lançamento de uma chamada pública para apoio a projetos de cooperação entre ICTs e empresas inseridas em APLs ou atuantes nas prioridades da PITCE, em 2005. Foram aprovados 69 projetos em 30 APLs, envolvendo 314 MPEs, com recursos de R\$ 27 milhões. Com o êxito da ação, em 2006 duas novas chamadas foram lançadas, com aprovação de 98 projetos em 57 APLs, envolvendo 400 MPEs, no valor de R\$ 44,5 milhões.

- O Programa Juro Zero, criado para disponibilizar uma linha especial de crédito reembolsável para pequenas empresas inovadoras, já tem os seguintes parceiros locais: Porto Digital/PE, FIEMG/MG, FIEPR/PR, FAPESB/BA e FAPESC/SC. O objetivo deste programa é a concessão de financiamento sem burocracia, sem carência, sem garantias reais e com pagamento em cem parcelas, sem juros. Como não há necessidade de garantias reais, foi criada uma composição alternativa de garantias para avalizar o financiamento, na qual os sócios da empresa proponente vão afiançar 20% do total. Além disso, em cada empréstimo, haverá um desconto antecipado de 3% no valor liberado aos empreendedores, dinheiro que criará um fundo de reserva correspondente a 30% do total de financiamentos. Após a quitação do empréstimo, e caso não haja inadimplência, essa taxa, corrigida pelo IPCA, será devolvida às empresas. Os 50% restantes serão assegurados por um Fundo de Garantia de Crédito criado pelos agentes locais em cada uma das regiões escolhidas. Tendo em vista ser este um novo modelo, sua construção demandou um prazo além do esperado para efetiva implementação, que ocorreu de forma mais sistemática a partir de 2006.
- O Projeto INOVAR, lançado em 2000, é o principal programa nacional de apoio ao mercado de venture capital. Uma das principais ações é o Venture Forum FINEP, série de eventos na qual empreendedores expõem planos de negócios a investidores. Em 15 edições, até 2006, apresentou 153 empresas inovadoras a um público de em média 50 investidores por evento. Foram alavancados cerca de R\$ 160 milhões em investimentos de capital privado em 31 empresas.

Outra forma de apoio é o Fórum Brasil Abertura de Capital, série de eventos promovida pela FINEP e Bovespa que oferece a empresas de maior porte a oportunidade de apresentar estratégias de crescimento a investidores. Em cinco edições, apresentou 21 empresas, das quais seis já ingressaram na Bolsa. São elas: Company, Lupatech, CSU Card System, Datasul, Totvs e Bematech. Juntas, captaram R\$ 2,15 bi no mercado de capitais.

Também merece destaque a Incubadora de Fundos INOVAR, estrutura criada pela FINEP para estimular a criação de fundos de venture capital no Brasil. A empresa já comprometeu cerca de R\$ 90 milhões em 11

fundos de venture capital. No total, GP Tecnologia, Stratus VC, Stratus VC III, SPTec, Rio Bravo Investech II, Novarum e CRP Venture VI aportaram recursos em 27 empresas inovadoras. Os outros 4 fundos aprovados estão em fase de captação financeira.

Como parte de suas ações para estimular o crescimento de pequenas empresas de base tecnológica, a FINEP manteve, no período 2003-2006, o apoio a incubadoras de empresas e parques tecnológicos, através do Programa Nacional de Incubadoras e Parques Tecnológicos.

As incubadoras de empresas foram apoiadas no período através de três chamadas públicas. Em 2004, foram aprovados 65 projetos totalizando R\$ 9,9 milhões. No ano de 2005, foram aprovados 32 projetos no valor de R\$ 9,4 milhões. Em 2006, foram aprovados 16 projetos totalizando R\$ 11,6 milhões.

Em relação aos parques tecnológicos, a carteira da FINEP, que já contava com 11 projetos de parques aprovados em 2002, foi acrescida com mais 11 projetos, no valor de R\$ 2,9 milhões, selecionados por chamada pública lançada em 2004, e cinco encomendas de projetos no valor de R\$ 1,8 milhão.

Um relatório de análise do apoio da Agência a parques tecnológicos contemplados nas chamadas públicas de 2002 foi finalizado em fevereiro de 2006. Esta ação, demandada pelo Fundo Verde-Amarelo, deu início a um processo de reajuste no âmbito do MCT das ações relacionadas a parques tecnológicos no País. Importante mencionar ter sido esta a primeira iniciativa no período voltada para o acompanhamento dessas ações. O acompanhamento e avaliação das ações da FINEP são instrumentos fundamentais para o seu planejamento e um desafio ainda a ser sistematizado.

> Apoio a infra-estrutura e pesquisa nas ICTs

O apoio às ICTs apresentou um salto em termos de recursos investidos, com o fortalecimento de programas que visam a modernização de infra-estrutura de ciência e tecnologia no País e de apoio à pesquisa, nomeadamente, o PROINFRA e o MODERNIT.

O PROINFRA apóia projetos de modernização e manutenção da infra-estrutura de pesquisa de ICTs, sendo o Fundo de Infra-Estrutura (CT-Infra) a principal fonte de recursos para a implementação de suas ações. Nos últimos quatro anos, a FINEP lançou diversas chamadas públicas, com investimento de cerca de R\$ 380 milhões. A principal delas refere-se ao apoio à execução de projetos institucionais de implantação, modernização e recuperação de infra-estrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e pesquisa. Tal apoio tem apresentado resultados relevantes, com destaque para: o incremento na produção científica; consolidação de linhas de pesquisa; abertura de novas linhas de pesquisa; implantação de novos cursos de pós-graduação; consolidação/ampliação de cursos de pós-graduação pré-existentes; impactos na graduação, extensão e prestação de serviços; e ampliação e criação de novas oportunidades de cooperação entre as instituições.

Além disso, tem estimulado a consolidação de novas instituições federais de ensino superior, a implantação de novos *campi* de universidades federais, projetos estruturantes dos Sistemas Estaduais de C,T&I, a implementação de equipamentos multi-usuários para laboratórios de pesquisa, a provisão de infra-estrutura de informação para instituições de ensino e pesquisa, e a modernização e recuperação de unidades de pesquisa do MCT e de outros ministérios.

Já o MODERNIT foi criado em 2004 e, desde então, foram lançadas chamadas públicas anuais para a reestruturação de Institutos de Pesquisa Tecnológica (IPTs), reorientando suas prioridades, melhorando sua gestão e recuperando infra-estrutura, equipamentos e quadros técnicos, visando a melhoria dos serviços tecnológicos e atividades de P&D para atender à demanda do setor empresarial. Foram investidos cerca de R\$ 50 milhões.

> Foco no desenvolvimento social

As profundas desigualdades sociais que marcam o Brasil representam hoje um dos principais desafios a serem enfrentados pelas políticas públicas. Visando facilitar a implementação dessas políticas, a FINEP estabeleceu uma superintendência para tratar do tema e atuou nesta gestão em articulação com as demais áreas do governo, promovendo e

financiando a inovação e a pesquisa científica e tecnológica cujos resultados contribuam para o desenvolvimento econômico e social do País. Na área social, a FINEP teve a sua atuação dirigida à solução de demandas sociais em saúde, educação, habitação, saneamento básico, economia solidária, esporte e lazer, inclusão digital, desenvolvimento local, segurança alimentar e nutricional, dentre outras.

Foram aplicados R\$ 296 milhões de recursos não-reembolsáveis, entre 2003 e 2006, em 514 projetos de tecnologias para o desenvolvimento social.

Programas como o PROSAB, HABITARE e PRONINC estão sendo fortalecidos, enquanto outros estão sendo estruturados ou iniciam as suas primeiras ações, com o objetivo de trazer soluções tecnológicas e metodologias inovadoras para pessoas portadoras de deficiências e idosos, agricultores familiares, agricultores em convivência com a seca, comunidades com privação de trabalho e renda, jovens e adolescentes em situação de risco social, dentre outros.

As parcerias são fundamentais para a execução de ações, destacando-se aquelas com os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Saúde (MS) e Trabalho e Emprego (MTE), além da Caixa Econômica Federal.

Nesse contexto, menciona-se o convênio firmado entre a FINEP e o MDS no final de 2003, para implementação do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Combate à Fome e à Miséria, que envolve a aplicação de R\$ 33 milhões, sendo R\$ 20 milhões do MDS e R\$ 13 milhões da FINEP. O compromisso estabelecido com a assinatura do referido convênio, resultou na definição de ações específicas e no fomento e contratação de diversos projetos, beneficiando populações de baixa renda de todas as regiões brasileiras, com a utilização de tecnologias sociais, dando apoio às políticas públicas do Governo Federal voltadas para o desenvolvimento social.

Houve, ainda, o apoio à estruturação da Rede de Tecnologia Social (RTS), com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável através do componente tecnológico para a solução de problemas sociais, mobilizando recursos humanos e financeiros e avaliando os resultados da reaplicação de tecnologias sociais.

Destaca-se, por fim, o lançamento de uma chamada pública para apoio a projetos de pesquisa em ciências sociais, nos temas violência social e democracia e desigualdade social. A chamada foi de R\$ 6 milhões, tendo sido aprovados 25 projetos no total de 172 propostas apresentadas. O apoio aos projetos visa o aprofundamento do conhecimento em linhas de pesquisa de alta relevância no contexto atual, assim como a obtenção de subsídios à formulação de políticas públicas.

A tabela 5 apresenta o número de projetos e valores contratados pela área no período de 2003 a 2006.

TABELA 5 Desenvolvimento Social – projetos contratados*

ÁREAS DE ATUAÇÃO	Valor investido (R\$)	Nº de Projetos
01 Saúde e nutrição	108.701.619,17	81
02 Saneamento ambiental	24.256.399,91	93
03 Habitação	11.844.878,68	61
04 Educação, trabalho e renda	7.564.936,26	20
05 Economia solidária	11.349.836,89	55
06 Agricultura familiar	11.553.903,53	30
07 Desenvolvimento local e regional	5.217.405,62	9
08 Recursos hídricos	12.818.493,81	38
09 TICs para o desenvolvimento social	74.416.018,77	42
10 Cultura	1.362.400,00	6
11 Esporte e lazer	4.176.193,02	14
12 Tecnologias assistivas	11.384.370,91	27
13 Tecnologia social	5.276.369,87	26
14 Outras áreas	5.615.869,00	12
TOTAL	295.538.695,44	514

* Recursos não-reembolsáveis, de todas as fontes, exceto as contrapartidas e outros aportes das instituições contratadas.

> Difusão e promoção de C,T&I

Ao longo destes quatro anos, a FINEP intensificou sua parceria com diversos organismos, visando ampliar a divulgação de seus programas e ações, bem com difundir e popularizar ciência, tecnologia e inovação para a sociedade de forma mais abrangente.

Além do tradicional apoio à SBPC em suas reuniões anuais, regionais e nacional, a FINEP apoiou a realização anual da Semana Nacional de C,T&I e da 3ª Conferência Nacional de C,T&I, em novembro de 2005.

Adicionalmente a estas parcerias e atividades de maior abrangência nacional, a FINEP tem uma modalidade de apoio financeiro para congressos, seminários e jornadas científicas, tecnológicas e de inovação. Trata-se do apoio às iniciativas de eventos destinados a intercâmbio científico e tecnológico, divulgação e difusão do conhecimento e discussão de temas ligados à ciência, à tecnologia e à inovação, por meio de financiamentos de propostas apresentadas por instituições sem fins lucrativos, organizadoras e executoras de eventos com essas finalidades.

Nos últimos anos, a FINEP viu crescer extraordinariamente a demanda para apoio a eventos em todo o País, conforme apresentado na tabela 6. Para otimizar sua atuação, em 2006, a FINEP implantou um novo modelo de operação, no qual o apoio a eventos de caráter nacional e internacional se dá através de chamadas públicas em operação direta da Agência; e o apoio a eventos regionais ou locais é realizado com descentralização de recursos para operação pelas secretarias estaduais de assuntos de C,T&I ou FAPs.

TABELA 6

FINEP – Apoio a eventos 2003-2006

ANO	nº propostas apresentadas	valor solicitado (R\$ milhões)	nº propostas aprovadas	valor aprovado (R\$ milhões)
2003	–	–	313	8,40
2004	682	28,20	334	8,28
2005	1.155	48,36	283	8,49
2006	1.363	67,64	284	11,96

A FINEP também é responsável pela instituição anual do Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica. O Prêmio vem desempenhando, desde sua criação em 1998, papel fundamental na difusão da importância do desenvolvimento tecnológico e do esforço inovador das empresas e instituições brasileiras.

Após sete anos da realização deste concurso em nível nacional, parcerias foram ampliadas e patrocínios conquistados, de modo que o Prêmio encontra-se consolidado e com significativa visibilidade nacional, contando com um número de inscrições que cresce significativamente a cada ano. Em 1998, o prêmio foi lançado na Região Sul, com 25 inscrições. No ano 2000, em todas as regiões do País, com 279 inscrições.

De 2003 a 2006, o número de participantes foi de 335, 508, 679 e 677, respectivamente.

Desde 2005, o Prêmio FINEP conta com seis categorias: produto; processo; pequena empresa; média e grande empresa; instituição de C&T; e inovação social, além da categoria especial inventor inovador. Os parceiros, patrocinadores e premiados reconhecem a sua importância e se beneficiam deste evento anual, que ocorre nas cinco regiões do país. Seus vencedores disputam a etapa nacional, cuja premiação tem sido legitimada pela presença do Presidente da República.

“

A parceria entre WEG e FINEP vem de longos anos: somos a primeira empresa cliente da instituição. Mais recentemente, em 2006, tivemos a honra e a satisfação de apoiar o Fórum Sul de Inovação Tecnológica e o lançamento da 9ª edição do Prêmio FINEP, em Jaraguá do Sul. Nossa parceria é assim, feita de importantes ações em conjunto, sempre visando incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias. ”

*DÉCIO DA SILVA,
diretor-presidente da WEG*

“

A FINEP tem sido um agente impulsionador dos processos de pesquisa e desenvolvimento no país, na direção da inovação e tecnologia. Temos aproximadamente uma década de saudável parceria e de projetos relevantes já realizados, como o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, da Fras-Le; a linha de retroescavadeiras Randon e o freio Quadraulic, da Master, destinado ao mercado norte-americano. Atualmente, a FINEP está apoiando a implantação do “Campo de Provas” da Fras-Le, instrumento fundamental para testes, avaliação e homologação de produtos automotivos, na sua plenitude. Assim se constroem iniciativas, empresas e histórias de sucesso para o bem comum. ”

*ASTOR MILTON SCHMITT
diretor corporativo Randon S/A
Implementos e Participações*



Aqui tem
FINEP



Desafios para o futuro



> **Desafios internos**

- Aperfeiçoar a política de recursos humanos, com valorização do quadro funcional, incentivos à carreira, estímulos à maior unidade de visão entre as áreas e comprometimento institucional do corpo funcional.
- Rever processos para eventuais ajustes na estrutura da organização para melhor atender aos desafios institucionais.
- Desenvolver novas estruturas e metodologias capazes de dar conta do novo patamar de volume de operações. Atenção urgente ao sistema informacional, que deve ser compatível com as necessidades e funções da FINEP.
- Simplificar procedimentos de forma a tornar mais fácil o acesso dos potenciais beneficiários dos programas da FINEP, e mais transparentes e ágeis seus processos.
- Fortalecer a atuação do planejamento da empresa para dar apoio à definição de estratégias e ações e ao processo de tomada de decisão com vistas a consolidar a FINEP como a Agência Brasileira de Inovação.
- Tornar prioritários e sistemáticos o monitoramento, o acompanhamento e a avaliação das ações e programas da FINEP.
- Trabalhar a imagem e reconhecimento externo da FINEP.

> Desafios externos

- Atuar, orientado por estratégias, priorizando políticas e programas do MCT.
- Aumentar a disponibilidade orçamentária dos Fundos Setoriais, com redução total da reserva de contingência até 2010.
- Dar continuidade às negociações para capitalização da FINEP junto às instâncias cabíveis.
- Captar novas fontes de recursos cujos encargos sejam compatíveis com as características operacionais de programas tais como o Juro Zero e o FINEPSUL.
- Dar continuidade aos esforços de integração nacional, regional e local e intensificação das parcerias (CONSECTI, FAPs, Sebrae, bancos de desenvolvimento, etc.). Atenção especial deve ser canalizada para os estados da Federação que ainda não dispõem de uma estrutura de C,T&I organizada.
- Empreender maiores esforços de articulação no MCT (secretarias e CGEE) e em outras instâncias parceiras do Governo Federal (BNDES, MDIC, ABDI, MiniFaz, MPOG, Ministério da Integração, entre outros).
- Manter atividades de difusão da relevância da inovação para o desenvolvimento econômico e social do País e tornar a FINEP mais visível no cenário político nacional.

> Desafios no contexto internacional

- Intensificar a aproximação da FINEP com organismos similares de outros países, para troca de experiências, aprendizado, lições e cooperação.
- Colaborar com o Governo Federal no esforço de integração da América Latina.

“

A criação da Área de Institutos de Pesquisa Tecnológica e de Difusão da Tecnologia ATED/FINEP, e as ações por ela conduzidas nos 4 anos da atual diretoria, na visão da ABIPTI, constituem, desde a década de 80 (período em que grandes projetos foram conduzidos pela organização e descontinuados até o presente), algumas das mais relevantes contribuições da FINEP para o resgate e valorização do papel dos institutos de pesquisa tecnológica nas políticas de desenvolvimento nacional.

Acrescente-se o financiamento pela FINEP, via outros instrumentos, de estruturas imprescindíveis às políticas de promoção da qualidade dos produtos e serviços brasileiros, como é exemplo o apoio às melhorias operacionais do INMETRO.

”

LYNALDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
secretário executivo da ABIPTI – Associação Brasileira
das Instituições de Pesquisa Tecnológica

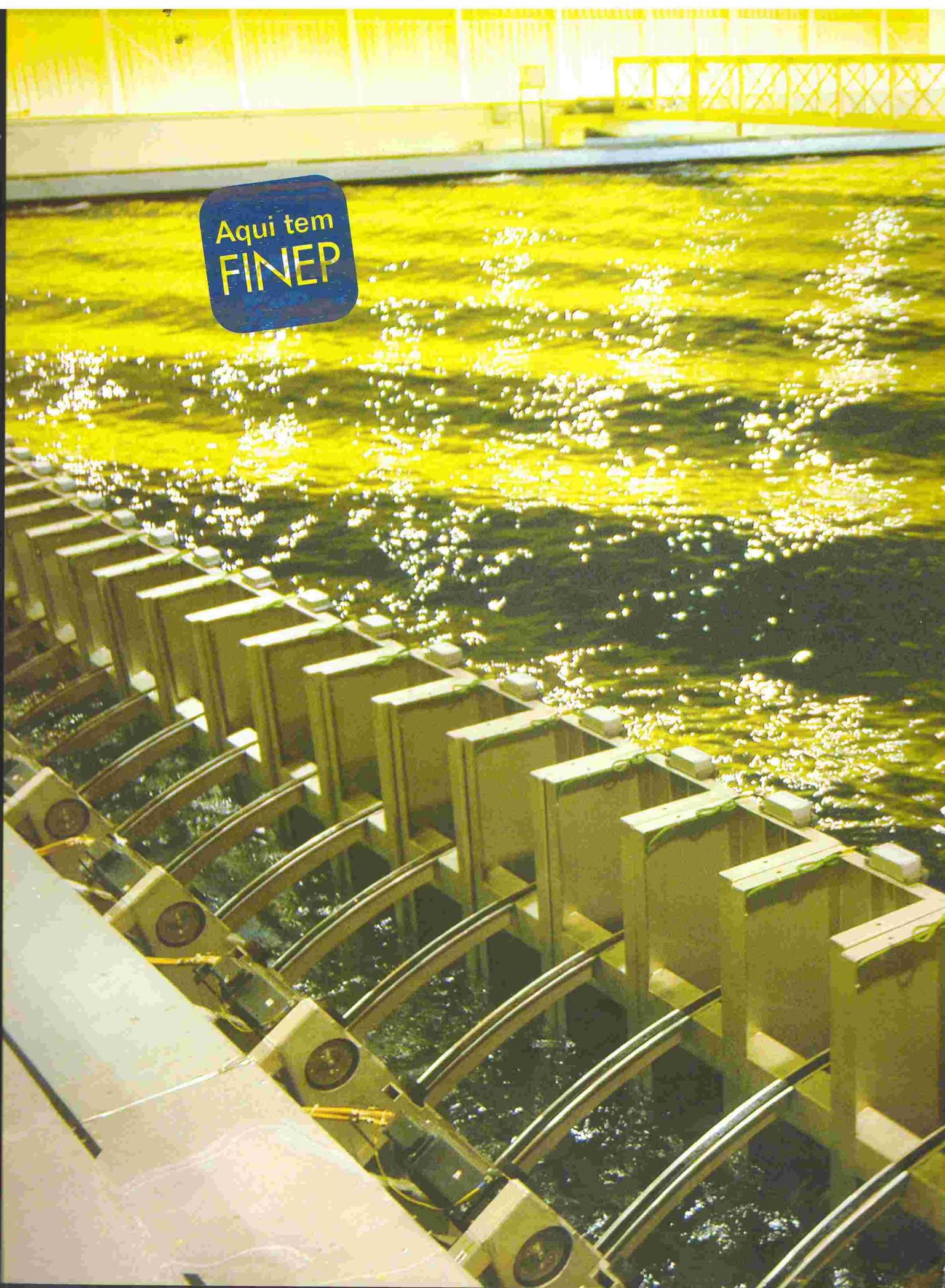
“

O Prêmio é de extrema importância, principalmente para as pequenas empresas. O maior incentivo que podemos ter é sermos reconhecidos.

”

SCHUBERT PINTO,
diretor-presidente da Pharmakos d'Amazônia

Aqui tem
FINEP



>

Composição da Diretoria no período



DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE

Sergio Machado Rezende (até julho de 2005)

Odilon Antonio Marcuzzo do Canto

DIRETOR

Antonio Cândido Daguer Moreira (até julho de 2004)

Eliane de Britto Bahruth

DIRETOR

Odilon Antonio Marcuzzo do Canto (até julho de 2005)

Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho

DIRETOR

Michel Chekel Labaki Júnior (até julho de 2005)

Fernando de Nielander Ribeiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Wanderly de Souza (até novembro de 2003)

Antônio Cesar Russi Callegari (até fevereiro de 2004)

Luis Manuel Rebelo Fernandes

FINEP

Sergio Machado Rezende (até julho de 2005)

Odilon Antonio Marcuzzo do Canto

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Liane Maria Martins de Souza (08/2002 – 06/2003)

Helena Kerr do Amaral (06/2003 – atual)

MINISTÉRIO DA FAZENDA

José Marcelo Lima Pontes (09/2001 – 07/2003)

José Ivo Vannuchi (07/2003 – 08/2006)

Sérgio Eugênio de Rísios Bath (09/2006 – atual)

NOTÓRIO SABER

José Valney de Figueiredo Brito (03/1999 – 05/2003)

Paulo Afonso Bracarense Costa (05/2003 – 03/2004)

Cylon Eudoxio Tricot Gonçalves da Silva (03/2004 – 09/2005)

Eugênios Kaszkurewicz (09/2005 – atual)

Maria Delith Balaban (03/1999 – 03/2003)

Jocelino Francisco de Menezes (05/2003 – 02/2004)

Alexandre Navarro Garcia (02/2004 – atual)

CONSELHO FISCAL

Mary Brito Silveira – MCT (10/2002 – 07/2003)

Sérgio Luiz Doscher da Fonseca – MCT (10/2002 – 11/2004)

Ronaldo Camillo – STN (10/2002 – 10/2004)

Francisco Cleodato Porto Coelho – MCT (07/2003 – 4/2004 e 08/2004 – 12/2005)

Laudir Francisco Schmitz – MCT (06/2004)

Djalmo de Oliveira Leão – MCT (11/2004 – atual)

Onofre Soares dos Santos – STN (10/2004 – atual)

Carlos Roberto Siqueira de Barros – MCT (12/2005 – atual)

Entre em contato com a FINEP

Rio de Janeiro

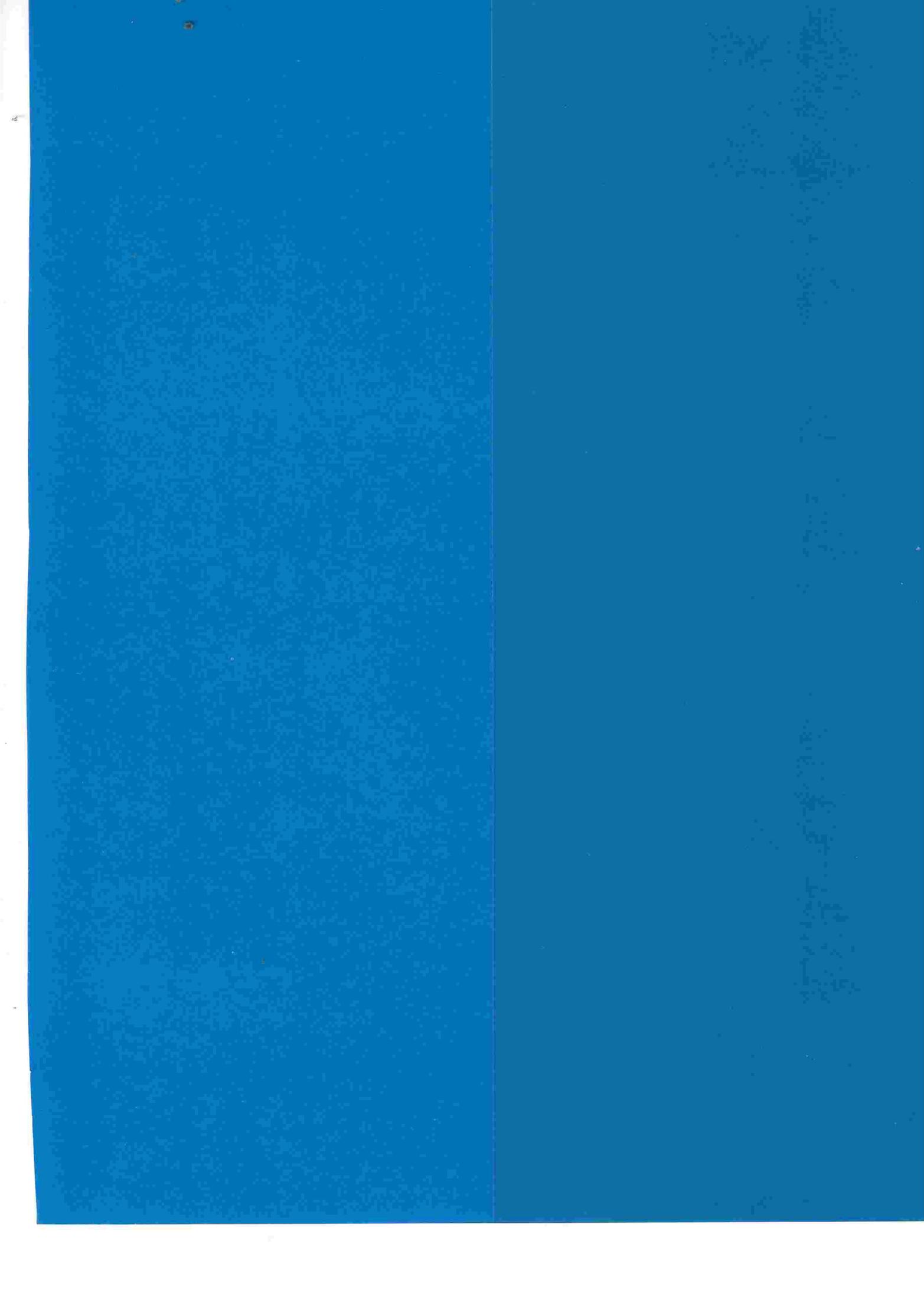
Serviço de Atendimento ao Cliente (SEAC)
Praia do Flamengo 200 1º andar
CEP 22210-030 Rio de Janeiro RJ
Tel.: (21) 2555-0555 Fax: (21) 2555-0509
E-mail: seac@finep.gov.br

São Paulo

Av. das Nações Unidas 10.989 15º and.
Vila Olímpia CEP 04578-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3847-0300 Fax: (11) 3849-9514
E-mail: cp_esp@finep.sp.gov.br

Brasília

SCN – Qd. 2 Bl. D Centro Liberty Mall Torre A Sl. 1.102
CEP 70712-903 Brasília DF Brasil
Tel.: (61) 3033-7054 Fax: (61) 3033-7408
E-mail: cp_bras@gabi.finep.gov.br



www.finep.gov.br



Ministério da
Ciência e Tecnologia

